



A água mineral AMA/AMBEV: convivência com o semiárido enquanto negócio social

AMA/AMBEV mineral water project: living with the semiarid as a social business

Valdênio Freitas MENESES^{1*}

¹ Departamento de Direito, Faculdade Maurício de Nassau, Campus Palmeira, Campina Grande, PB, Brasil.

* E-mail de contato: valdeniofmeneses@gmail.com

Artigo recebido em 30 de abril de 2020, versão final aceita em 27 de setembro de 2020, publicado em 18 de dezembro de 2020.

RESUMO: O artigo debate como um sentido da convivência com semiárido está incorporado ao projeto da marca de água mineral AMA. Gerida pela cervejaria AMBEV e com a publicidade de ser “mais que uma água, uma causa”, a AMA propõe encaminhar o lucro de sua venda para a construção de cisternas, painéis solares e estrutura de abastecimento hídrico de comunidades rurais em todo semiárido brasileiro. A partir de um mapeamento de parcerias, fundações e ONGs, é perceptível um ideário que legitima a AMA enquanto um “negócio social”, resultado de um duplo movimento. Primeiro, a AMA se apresenta como um empreendedorismo que tenta conciliar lucro com “propósito social”, um modelo de negócios fruto de uma incorporação da crítica ao capitalismo nos países centrais. Segundo, a proposta da AMA está sintonizada com uma crítica ao planejamento do Estado para o combate às secas, predominante no século passado no Brasil. A AMA insere, assim, um “novo espírito” para convivência com o semiárido, de eficiente legitimação ideológica: uma proposta de conviver com as secas que tem afinidade eletiva com valores ligados a fundações vinculadas ao mercado financeiro e startups gestoras de risco. Nas conclusões, o artigo problematiza uma relação moral/mercado e como “cidadania hídrica” que iniciativas privadas, como essa da AMA, visa ocupar espaço diante de um desmonte em políticas públicas voltadas para comunidades pobres do meio rural do semiárido brasileiro.

Palavras-chave: convivência com o semiárido; negócio social; “cidadania hídrica”; AMBEV; AMA.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss how the concept living with the drought is incorporated into the AMA mineral water brand project. Managed by the AMBEV brewery and with the slogan “more than a water, a cause” it proposes the use of its profit to finance the construction of cisterns, solar panels and water supply

structures for poor communities throughout the Brazilian semiarid regions. Based on a mapping of partnerships, foundations and NGOs, the legitimization of AMA as a “Social business” is perceivable, the result of a double movement: first, it presents itself as a business trying to conciliate profit with social and environmental purpose, results from an absorption of the critics against the capitalism system in the central countries. Second, AMA’s proposal is aligned with criticisms on the State’s plan to combat droughts prevalent in the last century in Brazil. AMA thus inserts a “new spirit” of coexistence with the semiarid regions, of efficient and ideological legitimization: a proposal to live with droughts which has an elective affinity with values linked to foundations that are linked to the financial market and risk management startups. In the conclusions this article discusses a moral / market relationship and the kind of “hydric citizenship” that private initiatives such as AMA’s aim to take place the vacuum of a dismantling in the public policies made for the poor communities in the rural areas of the Brazilian semiarid.

Keywords: living with the drought; social business; hydric citizenship; AMBEV; AMA.

1. Introdução

Este artigo analisa como o conceito da convivência com semiárido é mobilizado junto ao projeto AMA, uma marca de água mineral com proposta de “negócio social” ligada à cervejaria AMBEV. Lançada em 2017 com nome inspirado na palavra indígena Tupi para “chuva”, a publicidade da AMA tem como lema ser “mais que uma água, uma causa” e propõe usar lucros de venda em construção de cisternas, painéis solares, poços, hortas e executar melhorias no sistema de abastecimento em comunidades rurais em todo o semiárido brasileiro.

Exaltado na imprensa especializada em finanças e empreendedorismo como “uma marca de água com propósito”¹ ou, segundo publicidade do mercado de bebidas, uma “água mineral boazinha da AMBEV”², o projeto AMA instiga, sociologicamente, algumas questões. Quais conceitos legitimam esse modelo comercial chamado de “negócio social”? Qual rede de instituições e ideias liga uma

gigante do mercado nacional de bebidas a projetos comunitários na região mais seca do país? Nessas indagações está a principal proposta desse artigo: fazer um mapeamento do ideário que legitima esse projeto AMA e dos recursos e parcerias da AMBEV junto a ações para populações rurais do semiárido nordestino. Isso passa por análise sociológica de uma dupla transformação que aconteceu nas últimas três a quatro décadas. A primeira, mais ampla, trata de uma nova agenda entre valores, ideias e modos de justificação do capitalismo, algo que partiu dos países que estão no centro financeiro e político desse sistema, mas que se estende para todo mundo. Além de consulta às tradições clássicas das ciências sociais – que tem como central o tema capitalismo desde Karl Marx (1984) e Max Weber (2004) –, tomo como ponto de partida a influência dos estudos de Boltanski & Chiapello (2009), que mostram como ideias que legitimam o modo de acumulação econômica capitalista pós-maior de 1968 têm raiz a partir da incorporação seletiva da crítica intelectual que foi dirigida a esse modo de produção.

¹ Ver matéria completa em: <<https://www.projetodraft.com/ama-a-agua-com-proposito-ou-com>>.

² Ver publicidade em: <<https://www.papodebar.com/ama-agua-mineral-boazinha-da-ambev/>>.

O domínio de setores financeiros, o ideário de autonomia e o conceito de empreendedorismo surgem desse caldo. No caso do Brasil contemporâneo, uma dominação dos setores financeiros atravessou mesmo uma Constituição federal voltada para o gasto público e proteção social e sucessivos mandatos de governos de distintas matrizes ideológicas. Por várias vias o setor financeiro tem legitimado seus repertórios culturais e cognitivos (Grün, 2015). O caso da AMA/AMBEV chama atenção para um desses repertórios: um “empreendedorismo com propósito”, que entrelaça valores morais ao mesmo tempo que nega moralmente a visão de um lucro por si só, buscando resolver problemas sociais concretos. Esse sentido de lucro junto a uma autonomia e autorrealização criativa é bastante forte em um tipo de organização empresarial capitalista de fundações financeiras e *startups* gestoras de riscos (Pasteur de Faria, 2018). Uma segunda mudança relevante nesse debate sobre a AMA trata da transição nos paradigmas de ação pública para lidar com os problemas das secas do Nordeste. No final do século XX, há uma demanda de superação política do modelo de combate às secas, muito ancorada na crítica intelectual à modernização rural capitalista no semiárido durante o período da ditadura militar (Oliveira, 1981; Burstyn, 1984). Em parte, fundamentada nessa crítica foi construída a bandeira da convivência com o semiárido. No que é sua versão mais conhecida, a convivência com o semiárido é fruto de uma construção política entre movimentos sociais, pastorais e ONGs, tendo se concentrado em torno de atores coletivos, como a Articulação para o Semiárido (ASA). Desde os anos 1980, no processo

de democratização, movimentos em torno da ASA articularam crítica à racionalidade do combate às secas e também à histórica concentração fundiária no semiárido (Moreira Neto, 2013). Por outro lado, setores da elite pecuarista nordestina também produzem e acionam, de maneira particular, um discurso de convivência com o semiárido usando da memória de família junto com investimento em pecuária de caprinos em centenárias fazendas. Essas estratégias são reivindicadas na defesa simbólica da grande propriedade da terra (Meneses, 2018).

É nessa mudança conceitual e política – das ideias que justificam novos esquemas de valores para o capitalismo, fenômeno de abrangência mundial, até a transição de paradigmas de combate para a convivência com as secas, algo restrito ao Brasil – que estão condições de produção e legitimação para um projeto como o da AMA: uma proposta de conviver com as secas que entrelaça redes de ideias, recursos e poder entre mercado financeiro, fundações internacionais e *startups* gestoras de risco, ONGs e comunidades locais do meio rural nordestino. Analisar esse empreendedorismo social da AMA pode ajudar a compreender como uma empresa gigante do mercado de bebidas – portanto, com forte interesse nos recursos hídricos – tenta legitimar um modelo de atuação em comunidades locais que vivem em uma região do Brasil que tem um regime cíclico de escassez de chuvas.

Utilizo como fontes de pesquisa do artigo a publicidade e documentos disponíveis nos *sites* da AMBEV³, do projeto AMA⁴ e fundações parceiras: Avina, Yunus Social Business, Singularity University e Brasil JR. Também foram consultados perfis de

³ <<https://www.ambev.com.br/sustentabilidade/agua/>>.

⁴ <<https://www.aguaama.com.br/#resultados>>.

uma rede social voltada para currículos empresariais (Linkedin) e vídeos de palestras de representantes da rede institucional em torno da AMA. Com dados da base do IBGE-Cidades, também foram mapeados IDH, dados populacionais e de saneamento básico dos municípios do semiárido que tem projetos realizados pela AMA nas comunidades rurais. Esse material será usado para análise teórica do conceito de “negócio social” e sua relação com um sentido de convivência com o semiárido.

A partir daqui o texto será organizado em três partes. Na primeira, busco articular uma breve revisão acerca do papel das justificações ideológicas de formas de acumulação capitalistas contemporâneas e também do processo de construção da bandeira de convivência com o semiárido na esfera pública brasileira. Na segunda, apresento o mapa de uma rede de ideias, instituições privadas e públicas envolvidas nos projetos da AMA: setores da AMBEV que trabalham alinhados a órgãos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial; parcerias privadas com fundações, gestoras de riscos, startups e companhias estaduais de gestão das águas e sistemas de saneamento rural. Serão apresentados também os perfis das cidades e comunidades rurais assistidas por projetos financiados pela AMA, além dos principais conceitos, fundações parceiras e locais assistidos por projetos da AMA. Na terceira, retomo o debate teórico e empírico para apontar afinidades eletivas que o projeto AMA tece com conceitos de negócio social e convivência com o semiárido. Uma relação moral e de mercado, uma “cidadania” hídrica específica e a negação do Estado como ator formulador de políticas para o semiárido. Esses são

os elos centrais na sustentação material e ideológica do modelo de convivência com o semiárido desenhado e proposto pela AMA. Em suma, a análise faz um movimento de ida e volta entre uma revisão de pesquisas, de conceitos e o debate teórico (partes 1 e 3) e a descrição e construção de dados empíricos (parte 2). Feitas essas considerações, é esperado que esse artigo seja um guia para futuros trabalhos de campo nas comunidades assistidas por esse modelo de negócio social.

2. Do capitalismo ao combate às secas: incorporação das críticas

2.1. O capitalismo e seus críticos

Quando elaboram uma definição mínima de capitalismo, Boltanski & Chiapello (2009) chamam a atenção sobre como essa forma social e econômica tem uma exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos. “Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 35). É dessa descrição mínima que são desenvolvidas as principais teses de Boltanski & Chiapello (2009) no livro *Novo Espírito do Capitalismo*. Tratam de analisar como esse modo de acumulação depende de uma justificação moral para que seres humanos se engajem e vejam sentido em “articulações” de acumulação financeira, sejam rendas ou salários. O capitalismo é elaborado sobre ideologias, não no sentido único de falseamento da realidade⁵, imposição de uma percepção

⁵ A noção de falseamento da realidade é algo bastante coerente se pegarmos os casos analisados por Marx e Engels na relação entre Estado e formas jurídicas na construção do capitalismo do século XIX. Vide o caso das leis de furto de madeira parte dos “despossuídos” nas proprie-

particular de classe como se fosse senso geral, mas na esteira de ideias e crenças compartilhadas e significantes para acumulação e (re)investimentos de salários. Por si só essas atividades de extração de lucro não têm sentido inerente. Elas precisam estar próximas a um campo das ideias e representações. Por isso, o capitalismo em si é amoral e adaptável.

Até os anos 1950 – além do modo de produção socialista “rival” vigente em parte considerável da população mundial, se considerarmos China e União Soviética – foi sendo acumulado um longo “cardápio” de críticas ao capitalismo. Boltanski & Chiapello (2009) classificam a crítica ao capitalismo em diferentes fontes de indignação. Capitalismo seria: a) fonte de desencanto e inautenticidade; b) fonte de opressão à liberdade, à autonomia e à criatividade dos seres humanos; c) fonte de miséria e desigualdades; e d) fonte de oportunismo e egoísmo, destruidores de vínculos sociais e solidariedades comunitárias. As fontes (a) e (b) fazem menção à *crítica estética*, que incide diretamente na massificação e na padronização do mercado baseadas em uma perda de sentido autônomo e de potência criativa. Já a crítica social, fundamentada em um misto de trabalhos dos socialistas e marxistas, sindicatos, movimentos sociais e também em uma moral cristã, tem apoio nos fundamentos (c) e (d).

Com os movimentos sociais de maio de 1968, a relação da crítica estética sobre o “espírito” do

capitalismo indica mudanças e recomposições ideológicas:

O capitalismo, sendo obrigado a responder às questões da crítica, incorpora seletivamente uma parte dos valores e argumentos que está sendo “atacado”, sem pôr em xeque o princípio de acumulação e exigência do lucro (...) a resposta às críticas não leva à instauração de dispositivos mais justos, mas sim à transformação de modos de realização do lucro, de tal maneira que o mundo passa a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores. A crítica fica desarmada. (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 61-62).

A absorção da crítica estética para transformar modos de realização de lucro foi registrada na mudança dos manuais de gestão do empresariado francês entre 1960 e 1990. Nesse período, os manuais mais lidos pelos setores patronais mostram uma reestruturação valorativa de um modelo econômico, antes apoiado em um discurso empresarial de visão rígida de hierarquia e burocracia, que passa a guiar seu senso de dever profissional em palavras como “flexibilidade”, “criatividade” e “autonomia”. A inclusão destas palavras no “idioma” dos manuais empresariais foi registrada na forma como as confederações patronais francesas reagiram à avassaladora crítica das revoltas de maio de 1968. O diagrama de autonomia empresarial não só incorpora seletivamente exigências do movimento de 1968 como quadros de empresas passam a ser ocupados por

dades da Renânia (Marx, 2017) e o capítulo “Assim chamada acumulação primitiva” e a expulsão dos camponeses e formação do proletariado na Inglaterra do século XVII, analisado n’*O Capital* (Marx, 1984). Estes são exemplos de atuação não só em força física, mas principalmente nos procedimentos jurídicos e ideias políticas que revestiram como verdade o ponto de vista de uma classe social ascendente – a burguesia – e a apropriação de meios de produção, caso da propriedade privada, e tornando mercadoria o acesso a recursos naturais e a força de trabalho assalariada. Contudo, o trunfo de Marx e Engels em explicar esses casos históricos específicos não indica que toda produção ideológica seja falseamento das condições de produção. Durante o século XX, o papel dos valores, da legitimidade que articulam, por exemplo, a complexidade dos Estados e projetos nacionalistas associados à capacidade econômica desafia a capacidade explicativa dessa visão de estado instrumental da teoria de Marx.

pessoas que fizeram parte dessa geração estudantil. Daí seguem ideias de desmonte das hierarquias e diretrizes burocráticas que guiaram temas de palestras no IV Congresso Nacional de Empresas, de outubro de 1977: “diversificação e diferenciação da realidade das empresas”; “reestruturação dos cargos”; “nova concepção de supervisão que dê um papel mais ativo aos trabalhadores” e o “abandono de fórmulas de organização rígidas e abstratas” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 227-228).

Outro aspecto de valores que legitimam o capitalismo está na relação entre valores, Estado, mercado e organização social (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 50). Esse é o núcleo de uma profunda mudança no “espírito” do capitalismo já na primeira metade do século XX: de um modelo de fábricas menores, do “burguês empreendedor” – visto em vida por Marx no capitalismo da Inglaterra do séc. XIX –, as justificações do capitalismo passam a ser revestidas por tecnificações e racionalizações dos quadros estatais do século XX – analisado já nos trabalhos de Max Weber sobre burocracia. Os valores centrados na figura dos burocratas gerentes e gestores, assalariados e qualificados por diploma é o que dá sentido à segunda onda de um “espírito” do capitalismo. Uma racionalidade que foi dominante até a década de 1970 de um capitalismo fortemente regulado e racionalizado por órgãos centrais, tendo como máxima extensão o Estado e seus quadros⁶.

Com críticas e recepções favoráveis⁷ – até fora do campo acadêmico –, a tese de Boltanski

& Chiapello ganhou certo consenso. Primeiro, por firmar a importância de pesquisas sobre as ideias que legitimam a acumulação capitalista. As crenças e valores não são fenômenos superestruturais ou de menor importância, mas elementos-chave para processos de acumulação capitalista. Segundo, porque abordou o papel mutável das ideias e valores como decisivo para a decadência de um capitalismo burocrático, industrial e “regrado”, que foi praticamente dissolvido⁸ em setores dominantes de países como EUA e na Europa nos últimos quarenta anos. Essa mudança rumo ao padrão financeiro implicou a colonização dos valores do ambiente fabril: em linguagem do mercado, o domínio dos chamados *shareholders* (acionistas e debenturistas) em detrimento dos *stakeholders* (comunidade em torno da fábrica) (Grün, 2015, p. 33). Desse novo eixo cultural e cognitivo capitalista, que coloca o mercado financeiro como razão de entendimento e visão de mundo, saíram conceitos como autonomia e empreendedorismo e, em seguida, os modelos de “negócios com propostas” de resolução de problemas sociais e ambientais. Para além de uma crítica simplista de acusar “falsos” humanitarismos ou o mero uso de “bandeiras sociais” na publicidade de empresas, cabe analisar como se tornou palatável e legítima essa justificação moral, ou seja, como ato contínuo de acumulação financeira precisa apresentar, para além da filantropia, propostas de resolução de problemas sociais concretos (pobreza, acesso

⁶ Pode-se afirmar que a análise dessa lógica centralizada – que vigorou tanto em democracias ou ditaduras – moveu segmentos da teoria social da primeira metade do século XX, tanto pelas teorias sociais funcionalistas, bem como pelos trabalhos da Escola de Frankfurt.

⁷ Para um balanço da crítica à obra *Novo Espírito do Capitalismo* ver Du Glay & Morgan (2013).

⁸ A dissolução se dá por uma forte transferência do parque industrial para países como China e outros países asiáticos. Nas últimas décadas, essa é uma das variáveis que explicam a “desindustrialização” de setores importantes de economias outrora símbolo de pujança industrial, como Inglaterra e EUA, e uma volta às *commodities* do agronegócio e mineração, no caso do Brasil.

a saneamento, desigualdade de gênero, racismo, preservação da natureza, etc.).

Por outro lado, é preciso ter cuidado com certo encantamento ao analisar essa nova justificativa de um capitalismo acolhedor de bandeiras e causas sociais. Autores clássicos já apontavam que as novidades anunciadas pela modernidade capitalista podem gerar um modo de dominação social com “aparente liberdade”, mas ainda mais rígido que as formações anteriores. Nem toda mudança social que desmonta códigos de conduta tradicionais, por mais que reivindique os termos, indica efetivamente maior, grau uma emancipação, liberdade e autonomia. Marx (1984) colocava a condição do assalariamento e sua “liberdade” jurídica como resultado de violentos processos de expulsão e expropriação de terra e renda dos camponeses na Inglaterra. Por sua vez, Max Weber (2004, p. 30) ressaltava que o declínio dos valores de um modo de dominação pode significar não uma liberdade, mas uma substituição de uma regulamentação difusa para outra de maior rigor metódico sobre a vida cotidiana. Esse foi o diferencial da rígida ética calvinista de trabalho em relação à teologia extramundana católica e também com a teologia luterana. A partir dos valores calvinistas é possível reconstruir a rigidez de um *ethos* metódico. Retirados de sua raiz religiosa, valores como vocação e missão no chamado ao trabalho (*Beruf*), a conduta metódica e o controle rígido e sóbrio de si firmaram não somente uma conduta capitalista, mas toda uma racionalidade meios-fins da sociedade moderna.

Um século depois dos escritos de Weber, o filósofo Slavoj Zizek (2014) chama atenção para um estilo de dominação, aparentemente “macia”, bastante ligada àqueles que chama os “bons homens de Porto Davos”: tipo de capitalista filantropo

presente nas reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial. Eles representam setores financeiros que mostram um “espírito da contestação em que mercado e responsabilidade social não são aqui termos que se oponham” (Zizek, 2014, p. 75). Esse tipo de capitalista humanitário, centrado em figuras como Bill Gates e George Soros, representa a mais implacável forma de exploração financeira especulativa, combinada com o seu contraagente: preocupação humanitária frente às consequências sociais catastróficas de uma economia de mercado desenfreada. Se, como mostra Weber (2004), os manuais de economia de Benjamin Franklin do século XVIII foram guias protestantes para retidão no trato do dinheiro, o manual do novo espírito capitalista do século XXI seria resumido no que um artigo do jornalista francês Oliver Manuit (revista *Technikart*) ironiza e que Zizek (2014, p. 69) adapta para sua discussão:

- 1 - Forneça tudo de graça (acesso livre, ausência de copyright...), cobrando apenas pelos serviços adicionais, o que te fará ainda mais rico.
- 2 - Transforme o mundo, não se limitando a vender coisas: a revolução global, uma transformação da sociedade, fará com que as coisas sejam melhores.
- 3 - Preocupe-se em compartilhar e tome consciência das responsabilidades sociais.
- 4 - Seja criativo: concentre-se na concepção, nas novas tecnologias e ciências.
- 5 - Diga tudo: não devem existir segredos. Assuma e pratique o culto da transparência, os fluxos livres de informação; toda a humanidade deve colaborar e interagir.
- 6 - Não trabalhe com um horário fixo e rígido das nove às cinco. Simplesmente empenhe-se em estabelecer canais de comunicação inteligentes, dinâmicos e flexíveis.
- 7 - Volte aos estudos e aposte na formação permanente.

8 - Aja como uma enzima: não trabalhe só para o mercado, mas promova novas formas de colaboração social.

9 - Morra pobre: devolva suas riquezas àqueles que delas necessitam, uma vez que terá acumulado mais do que jamais poderá gastar.

10 - Defenda o Estado: pratique parcerias entre empresas e o Estado.

(Zizek, 2014, p. 69)

É esse *ethos* “desprendido”, autônomo, filantropo, humanitário e criativo que se enquadra em uma recente dominação dos setores financeiros, sendo uma das bases que legitimam o conceito de “negócios sociais” onde estão localizadas muitas das ideias, fundações, startups e pessoas engajadas no projeto da AMA/AMBEV. Como será visto no tópico 3, é numa dessas redes que se encontram os principais CEOs, divulgadores, publicitários, ativistas e também a produção de crenças e ideias que legitimam o projeto AMA. Disto trata uma “governança corporativa” que chama um espaço simbólico e profissional de encontro e reconhecimento mútuo (Grün, 2015, p. 14). O projeto AMA somente é possível devido a uma consagração do termo “empreendedorismo”, unido a um predomínio

do campo das finanças nos repertórios cognitivos e culturais de setores econômicos e políticos⁹ do Brasil (Grün, 2015).

Para entender como essa legitimidade de ideias vindas do mundo financeiro traz condições de produção de sentido cultural e cognitivo do “negócio social” da AMA, pode-se fazer uma breve revisão de como o tema do “empreendedorismo¹⁰ social” tem tido atenção nas áreas de economia e administração até sua recepção, ainda tímida, na literatura sociológica no Brasil. Para alguns economistas, esse modelo de investimentos é visto como um avanço no debate sobre o chamado Terceiro Setor, ONGs e organizações sem fins lucrativos e, dentro disso, a relação mercado financeiro e filantropia dos anos 1990. Defourny (2001) organiza uma coletânea de vários estudos de impacto econômico sobre esse tipo de negócios na Europa e, na introdução, destaca que o empreendedorismo social está em uma intersecção entre cooperativismos e lógicas de organizações sem fins lucrativos (Defourny, 2001, p. 22). Nos estudos de administração no Brasil, o empreendedorismo social em países emergentes é tido como um modelo que aproximou ideias que antes não eram compatíveis: sustentabilidade

⁹ Esse processo deve ser visto para além de uma lente economicista: trata-se de uma eficácia simbólica que coloca a entidade reificada – “o mercado” – como espaço de ideias “corretas”, técnicas e racionais por excelência, sendo Estado e a vida cotidiana espaços da corrupção, do improviso, da falta de planejamento, etc. Isso se dá à revelia de contextos dos mais adversos. Essa visão conseguiu sobreviver na imprensa, em campanhas eleitorais e logo no senso comum, mesmo com a Constituição de 1988, primeiro desenho amplo de um “Estado de bem-estar social” brasileiro. Em termos de valores, o campo das finanças teve legitimidade garantida, mesmo diante de uma grave crise internacional causada por setores financeiros em 2008. O campo das finanças adentrou sem turbulências e manteve laços firmes por meio dos fundos de pensão com representantes sindicais em governos petistas voltados para um matiz ideológico mais à esquerda. Por fim, como aponta pesquisa de Engelmann (2018), a visão do mundo do mercado e finanças como virtuoso também se inscreve no ativismo de procuradores e juízes engajados em operações de combate à corrupção do poder público nos últimos anos no Brasil. Com trajetória de carreira feita em intercâmbios, *think tanks* e programas de formação internacionais, agentes do Judiciário e Ministério Público firmaram um “catecismo” que espelha o direito à legitimidade do mundo das finanças. Assim, operaram controversos acordos de cooperação com instituições policiais de outros países junto a um problemático modelo de delações premiadas e “vazadas” à imprensa. Em suma, procedimentos de legalidade duvidosa, que deram repercussão política a operações como a “Lava Jato”.

¹⁰ Para uma revisão sobre o termo “empreendedorismo” ver Pasteur de Faria (2018, p. 17).

financeira e geração de “valor social” (Moura *et al.*, 2015). No campo sociológico, há uma revisão dos usos sociais por esse tipo de empreendedorismo em estudo de Barbalho & Uchoa (2019) sobre as agências empreendedoras das empresas Ashoka, Endeavour e Artemisia. Os autores analisam o modelo de empreendedor social e que tipo de autoridade o termo “social” evoca nas investidas de empresas e corporações (Barbalho & Uchoa; 2019, p. 425). Também estão sendo feitas análises sobre o conceito de empreendedorismo social e em contexto da crise do Estado (Casaqui, 2015) e no avanço de uma “nova filantropia” na educação. Esta, ao invés de doação, trata de investimentos: são *startups* e plataformas digitais, um avanço de um capitalismo que se autointitula “criativo”, que vê o Estado como terror burocrata e causador de problemas, o que torna legítimo inserir soluções de mercado nos setores educacionais públicos (Ball & Olmedo, 2013, p. 47). Por fim, há pesquisas antropológicas sobre o modelo organizacional típico do empreendedorismo social: a *startup*. O sentido das ações desse grupo e o perfil empresarial jovem e formado nos quadros das finanças mostra uma ética de autorrealização particular que tem forte inspiração em uma cosmologia do *high tech* do Vale do Silício nos EUA. Longe da visão restrita de paixão por ganhos financeiros, o sujeito empresarial “startupeiro” segue o vocabulário de *networkings* e *brainstormings* em missão de inovar antes de lucrar. Um senso de autorrealização criativa e constante como impulso para investimentos financeiros de alto risco (Pasteur de Faria, 2018, p. 22).

Com base nesse debate sobre negócios sociais, proponho compreender como, por meio da AMA, um tipo de empreendedorismo se inseriu na questão das secas na região do semiárido brasileiro. E esse

esforço de entendimento desse universo de valores de projetos como a AMA ficaria incompleto sem a consulta a uma outra “palavra” política que ele incorpora de forma muito mais útil: a noção de convivência com o semiárido, conceito que, por sua vez, também vem de um enfrentamento crítico a um modelo de ação entre capitalismo e Estado voltado ao combate às secas e vigente durante um século no Brasil. E esse tema que será revisado no tópico seguinte.

2.2. *O combate às secas e seus críticos*

Mesmo antes da expansão capitalista industrial e burocrática (entre 1930-1950), o debate público no Brasil já apresentava uma racionalidade “gerencial” no sentido das instituições e ideias que orientaram políticas de combate às secas no período imperial. Um primeiro movimento significativo entre ciência e política que posicionou um “problema nacional” das secas vem do período de 1849-1877, quando o imperador Pedro II abriu o Paço Imperial para as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e também do Instituto Politécnico. Esses institutos tornaram-se condutores dos debates sobre qual a melhor maneira para combater os problemas das secas, algo que será intensificado no período da solução “hidráulica” (1877-1958) (Campos, 2014, p. 69). Mesmo com divergências, os projetos dos “homens de ciência” desses institutos eram guiados pela filosofia positivista, tendo a engenharia o papel de conquistar e domar a barbárie do clima do sertão (Gonçalves, 2018, p. 525). O caso do engenheiro André Rebouças mostra, além do positivismo que inspira açudagem e investimento em redes ferroviárias, objetivos políticos: transformar políticas assis-

tenciais do Estado para criar um regular mercado de trabalho assalariado, controlar os fluxos de mão de obra sazonais das regiões secas do sertão à zona da mata e do movimento entre Ceará - Amazônia e, por fim, resolver um impasse entre agregados de trabalhadores livres e escravos alforriados (Secretaria, 2020, p. 46). Essas dinâmicas laborais estavam dentro de intensa disputa inter-regional entre elites do Norte e Sul do Brasil, algo que coincidiu com o período que ficou conhecido como a “Grande Seca de 1877”, momento em que a seca se torna “problema nacional” a partir de como elites agrárias – já em crise econômica – e incipientes elites urbanas sofrem com os problemas das secas (Albuquerque Jr., 2017). Além da falência de uma elite rural, havia também o temor de uma desordem social com a multidão de retirantes famintos e doentes chegando a cidades como Fortaleza. A capital do Ceará, que tentava emular hábitos parisienses, se tornara a capital de um pavoroso reino, como registram fontes históricas do estudo de Castro Neves (2000, p. 25). No campo da literatura brasileira, 1877 também marca o início da produção imagética de textos literários sobre o drama das secas: livros como os de Franklin Távora e José do Patrocínio criaram “um paradigma de como se deve narrar os acontecimentos em período de secas” (Albuquerque Jr., 2017, p. 235). Essas narrativas de fugas de retirantes nos sertões não só deram frutos à chamada literatura regionalista, que teve seu auge nos anos 1930-40, como também manifestaram formas de dizer e saber que foram canalizadas para a construção de um es-

paço chamado “Nordeste” no imaginário regional brasileiro, algo inexistente até o início do século XX (Albuquerque Jr., 2011).

Quanto aos projetos de racionalidade técnica de combate às secas, eles avançariam na primeira metade do século XX. Destacam-se os quadros da Inspetoria de Obra Contra as Secas (IOCS), criada em 1909, e que ampliaram a complexidade da representação cartográfica dos espaços atingidos pelas secas, entre 1910-1915 (Ferreira *et al.*, 2014). Após a década de 1930, os orçamentos voltados para obras contra as secas ganham mais espaço do que os de ações emergenciais em ministérios como o da Viação e Obras Públicas (Dandaro & Marcondes, 2018). Nesse período, o IOCS se tornaria departamento (DNOCS) e ganharia capilaridade junto a companhias atuantes no São Francisco, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), até financiadores como o Banco do Nordeste (BNB)¹¹, consolidados tanto no Estado Novo (1935-1945) quanto no período democrático do governo de Getúlio Vargas (1950-1954).

A partir do final do governo Juscelino Kubitschek, fica ainda mais potente e centralizado um modelo de planejamento estatal em relação às secas a partir da fundação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Sua proposta fundadora se baseava em estudos coordenados pelo seu superintendente, o economista Celso Furtado. Publicados pelo chamado Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste

¹¹ O Banco do Nordeste do Brasil foi criado em 1952, com a finalidade de financiamento público/privado de obras de infraestrutura e auxílio às obras de emergência. A ideia foi formulada pelo então ministro da fazenda Horácio Lafer, em 1951, a partir de uma estrutura de financiamento, mas um grupo de estudos (ETENE) para diagnosticar potencialidades e fragilidades econômicas regionais.

(GTDN), esses estudos traziam uma leitura desenvolvimentista diante do grave problema da disparidade regional entre a economia do Centro-Sul e a do Nordeste do Brasil. O GTDN enfatizava, dentre outras medidas, alternativas ao monopólio de uma “solução hidráulica”, modelos de grandes obras de irrigação e açudagem para lidar com as secas. Nessa proposta, além de uma resolução pacífica para a miséria e a iminente ameaça de graves conflitos agrários da região¹², havia uma ideia de articular obras hídricas, mas com uma economia adaptada para conviver com as secas inevitáveis. No caso da economia rural, isso passava pela “modernização de fazendas, de técnicas de forragens arbóreas que se adaptem às condições mesológicas (...) que poderiam constituir o núcleo de uma economia de elevado grau de razoável nível de produtividade e adaptação” (Furtado, [1959] (2009), p. 145-147). O pacote da Sudene tinha medidas de industrialização, além de uma ousada proposta de mudanças demográficas para o semiárido: abertura de uma frente agrícola para deslocar um fluxo populacional do semiárido para lotes na região do Maranhão (Furtado [1959] (2009), p. 150).

Mesmo com críticas à “solução hidráulica” de modelos anteriores, o plano fundador da Sudene seguia a tendência de intensificação da racionalização, da modernização e do planejamento na relação do Estado brasileiro com as secas. Inicialmente com fortes resistências de parlamentares da elite fundiária nordestina, parte desse projeto modernizante da

Sudene seguiu apoiado pelo Estado após o golpe de 1964 – apesar de uma “desidratação” dos quadros, a exemplo do superintendente Celso Furtado, que teve seus direitos cassados e partiu rumo ao exílio na França. Os usos da Sudene pela ditadura militar foram cruciais para uma política de interiorização de intervenções econômicas e políticas, presentes na propaganda de revistas oficiais dos ministérios, como *O Interior* (Iorio, 2013). Patrocinados com recursos e técnicas de engenharia dos quadros estatais – (DNOCS) –, esses modelos de planejamento e intervenção estatal vigoraram desde as décadas de 1970 até as crises fiscais do final da década de 1980.

Como relata Domingos Neto (2010, p. 24), a investida da ditadura militar na modernização do campo promovera mudanças na infraestrutura, disseminando novas tecnologias e pesquisa científica – como a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) –, mas não conseguiu atenuar a penúria sertaneja. A essas contradições entre estado autoritário, planejamento regional, luta de classes e capitalismo se dedica o clássico estudo de Francisco de Oliveira (1981), o livro *Elegia para uma Re(l)i(gião): Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, publicado em debate do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O autor, que fez parte dos quadros da Sudene antes do golpe civil-militar, analisa como uma linguagem técnica de burocracia e planejamento dinamizou um projeto político que, sendo jamais neutro e sem contradições políticas, moveu dinâmicas agrárias e

¹² A atuação de movimentos como as Ligas Camponesas alimentou o temor – inclusive em nível geopolítico nos EUA – de que poderia acontecer uma revolução nos padrões cubanos no Nordeste brasileiro. Para ver a temperatura política do debate, assistir ao documentário *Brazil The Troubled Land* (<https://www.youtube.com/watch?v=jWq4_898mg>). Para entender esse cenário em relatos *in loco* e fontes primárias, pode-se indicar as leituras de Callado (1960) e Julião ([1962] 2009). Para uma análise sociológica dos processos políticos e uma sociogênese das Ligas Camponesas, ver Gennaro (2019).

industriais nas disparidades regionais e contradições de classe que intensificavam a miséria do Nordeste durante o período de secas. Por exemplo, a Sudene pós-golpe militar deu suporte técnico e financeiro à produção de algodão para exportação e à pecuária dos latifúndios, sistema inclusive consorciado com relações de trabalho não capitalistas de moradores e agregados – estes que, nas crises das secas, eram pressionados a perder parte da terra para a produção de alimentos. Essa foi uma forma local no semiárido nordestino de um padrão de modernização conservadora e militarização da questão agrária, projeto que articula ditadura militar, empresas e fazendas entre relações capitalistas e não capitalistas (Martins, 1984, p. 82). O “vasto algodoal que se estendeu do Maranhão à Bahia” fez com que o Nordeste agrário e não açucareiro entrasse na rota de capitalismo internacional, quando, sob as garantias governamentais de crédito de bancos, foram financiados projetos da Sudene via BNB e obras de açudagem via DNOCS (Oliveira, 1981, p. 46-47).

A parceria DNOCS-BNB-SUDENE no modelo de combate às secas da ditadura civil-militar brasileira também marcaria o que o estudo de Marcel Burstyn (1984) chama de uma transição autoritária. De uma omissão dos modelos, que desde o Império entregavam toda potência tecnológica de combate às secas aos cuidados das dinâmicas de poder local – paternalismo/coronelismo/clientelismo –, o Estado brasileiro no regime militar de 1964-1985 fixaria um autoritarismo ativo, centrado nos grandes projetos de combate às secas. No seu estudo, Burstyn (1984) analisa o caso do loteamento no perímetro irrigado do açude de Sumé-PB e a relação dos funcionários e operadores técnicos sobre agricultores que trabalhavam nos lotes DNOCS. Dinâmicos na racionalidade da modernização, e por isso incom-

patíveis com a “velha ordem” (Burstyn, 1984, p. 163), esses operadores técnicos tinham uma postura de “novos coronéis”: estabeleciam controles morais de comportamentos como critérios de escolha sobre os agricultores selecionados para trabalhar como assalariados nos lotes. O caso de Sumé evidenciava uma modernização “conservadora” e o poder local/central: reprodução de formas de poder clientelistas dentro de projetos centrais estatais de planejamento e combate às secas (Burstyn, 1984).

Em parte dessa crítica acadêmica aos modelos de combate às secas emerge a construção do conceito convivência com o semiárido, feita por diferenciados movimentos políticos durante a redemocratização brasileira nas últimas décadas do século XX. Uma visão de convivência com o semiárido pode ser reconstruída a partir de editoriais de revistas ligadas a setores de grandes pecuaristas nordestinos desde o final dos anos 1970. Ligados à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e entidades patronais de pecuaristas, esses ideais evidenciavam sentidos sociais e políticos da palavra convivência com as secas entre a elite pecuarista do semiárido nordestino: uma elite que tem jogo particular entre memória, propriedade da terra, pecuária e secas (Meneses, 2018). A convivência com o semiárido dessa elite da pecuária é produzida em um jogo para exibir distinção social na afirmação de uma antiguidade/tradição “sertaneja”, junto com inovação técnico-produtiva voltada para um crescente mercado da pecuária caprina. Há uma dimensão simbólica em defesa da grande propriedade, com famílias de elite pecuarista investindo para que centenárias fazendas sejam tanto modelo de caprinocultura, locais de experimentos em convivência com as secas, como também locais de memória, sedes de museus e arquivos. Esse processo foi registrado em

pesquisa em fazendas na região do Cariri Paraibano e do sertão de Jeremoabo, na Bahia (Meneses 2018).

Por outro lado, a mais conhecida contraposição ao paradigma de combate às secas vai ser construída em setores políticos de forte raiz católica: as Comunidades Eclesiais de Base e de pedagogia popular – influenciada pelo legado de Paulo Freire. A partir daí, foi construída uma bandeira de convivência com o semiárido que agregou pastorais, ONGs e movimentos sociais de luta por reforma agrária e contra desigualdades sociais no campo – como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), dentre outros. Essa visão coloca a convivência com as secas não apenas na reinterpretação do fenômeno natural da estiagem, mas como proposta de empoderamento de grupos sociais marginalizados pela concentração fundiária, projetos de açudagem e combate às secas vigentes em quase todo século XX (Moreira Neto, 2013). Esse discurso tem sustentação institucional em redes como a ASA. Criada em 1999 e tendo como documento fundador uma série de compromissos na “Declaração para o Semiárido”, a ASA teve como gênese a efetivação de reivindicações e lutas por uma política de intervenção constante, e não apenas emergencial, diante das secas. Essa luta teve um marco em 1993, com a ocupação do prédio da Sudene (em Recife) por 300 entidades que dinamizaram debates no Seminário de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido – Fórum Nordeste (Duque, 2008, p. 135). A inserção política do conceito de convivência com o semiárido vai na direção do que Diniz e Piraux (2011) chamam de

experimentalismo institucional: uma construção processual de diálogos entre governo e sociedade civil, particularmente no mandato presidencial de Lula, em 2003. Daí a efetivação de quadros dentro de ministérios, de programas e políticas públicas: Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), 1 Cisterna 2 Água (P1 +2), o Pronaf linha Semiárido, Projeto Dom Helder Câmara, dentre outros que adotaram o paradigma da convivência com semiárido (Diniz & Piraux, 2011, p. 235).

Essa consolidação política das entidades em torno da ASA também se fez dentro de uma conjuntura favorável de debates nos anos 1990 – conferências feitas no Brasil, como a Rio-92 e a COP-3, a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação de 1999, realizada em Recife –, que demarcam a difusão e a incorporação de conceitos como o de sustentabilidade nas academias e nos discursos políticos. Firmou-se um núcleo semântico para a convivência com o semiárido e uma coesão política para mobilizar não apenas pastorais e movimentos sociais, mas fortes engajamentos nas universidades. Por isso, as políticas de convivência com o semiárido ligadas à ASA possuem conceitos legitimados junto a órgãos como o Banco Mundial. Entre os 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹³ –, a ASA incorpora o Objetivo 6, que trata de saneamento básico e acesso à água potável. Interessa a discussão aqui na medida em que esses mesmos conceitos de “sustentabilidade” e de “segurança hídrica” estão localizados nas diretrizes do “negócio social” do projeto AMA.

¹³ Para uma descrição completa dos ODS: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>.

Aqui o artigo chega a um possível nó, que “enlaça” a ideia de convivência com as secas com um “um novo espírito do capitalismo” anunciado nos projetos geridos por fundos financeiros de risco da marca de água mineral da AMBEV. São esses conceitos e sua difusão pelos representantes da AMA e fundações e os tipos de projetos nas comunidades que analiso nos próximos tópicos.

3. Projeto AMA no semiárido brasileiro

3.1. Conceitos e parcerias do projeto AMA

A atual configuração da AMBEV vem da união da Companhia Antarctica Paulista, da Companhia de Bebidas das Américas e da companhia belga Interbrew. Entre 1999 e 2004, essas fusões¹⁴ geraram mudanças nas formas de gestão de trabalho¹⁵: de uma empresa nacional, gerida por uma família, rumo a uma dimensão multinacional e corporativa (Batista, 2016). O projeto AMA se inscreve em outras iniciativas que a AMBEV tem articulado no sentido de aproveitamento de “água do produto/água de serviços”¹⁶, fazendo parcerias públicas e privadas, focadas nos conceitos de sustentabilidade e segurança hídrica. Na Tabela 1 a seguir há um resumo dos principais projetos e a descrição. Para

fins de pesquisa, reproduzo o discurso publicitário feito na descrição de cada projeto.

O projeto AMA é o primeiro negócio social da AMBEV, mas não é a primeira parceria da cervejaria com fundações financeiras e de ideias junto ao tema da segurança hídrica. A AMBEV e a Yunus Corporate, por exemplo, já têm parceria com gestoras de fundo de riscos e investimentos no setor financeiro. Além de suporte material, o principal encadeamento dessas parcerias ao AMA está na produção e legitimação de ideias e na organização institucional para um negócio social. Para traçar as trajetórias institucionais das parceiras da marca AMA, além do *site* da AMBEV, utilizo de material dos *sites* das parceiras, tendo como guia os seguintes documentos: relatórios de impacto e risco da marca AMA feitos pela KPMG (KPMG Financial Risk, 2020)¹⁷, uma empresa avaliadora de riscos do mercado financeiro, e um relatório do Prêmio ODS 2018 (Ambev, 2018), disponível no repositório da Biblioteca Nacional de Administração Pública¹⁸. A partir disso foi montada uma “divisão do trabalho” que envolve recursos financeiros, mas principalmente circulação de conceitos em torno da AMA desde o seu primeiro ano de existência (2017). A Fundação Avina insere o conceito de “sustentabilidade”. A Yunus Social Business (Yunus Brasil, 2020) é responsável pelo conceito de “negócio social” e

¹⁴ A história da Ambev é contada em três livros de sucesso no meio corporativo e escritos por jornalistas que centralizam as figuras dos empresários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira como “pais fundadores” da multinacional: *Sonho Grande*, de Cristina Correa (2013); *Destronando o Rei*, de Julie Macintosh (2015), e, por fim, *De um gole só*, da jornalista Ariane Abdallah (2019).

¹⁵ Para analisar as relações de trabalho, lutas sindicais a partir da memória de trabalhadores das cervejarias que originaram AMBEV, ver a dissertação de Batista (2016), feita a partir de 15 depoimentos.

¹⁶ Ver 0:15-0:33s do seguinte vídeo publicitário: <<https://www.youtube.com/watch?v=XI8U2nX15iL&feature=youtu.be>>.

¹⁷ Relatório disponível no *link*: <<https://www.aguaama.com.br/files/204995-kpmg.pdf>>.

¹⁸ Disponível no *link*: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3646>>.

TABELA 1 – Projetos da AMBEV sobre segurança hídrica.

NOME DO PROJETO	PUBLICIDADE DAS AÇÕES
Saveh – Sistema de Autoavaliação de Eficiência Hídrica	A Ambev compartilha de forma gratuita com outras empresas o seu sistema de gestão hídrica, que ajudou na redução em mais de 40% do consumo de água da empresa nos últimos 13 anos. Com base no preenchimento de um autodiagnóstico, a ferramenta gera um plano de ação personalizado para cada empresa, buscando o aumento da eficiência e a diminuição de desperdícios. A plataforma foi idealizada pela Ambev com a Fundação Avina para auxiliar pequenas e médias empresas que utilizam água no seu processo produtivo a reduzir o consumo de água, contribuindo para aumentar a segurança hídrica no país.
Sistema de Gestão Ambiental	Programa que monitora os índices de ecoeficiência com o objetivo de diminuir cada vez mais o impacto da nossa produção no meio ambiente. (...) Reaproveitamento dos efluentes industriais nas cidades de São Luís/MA, Itapissuma/PE e Aquiraz/CE na produção de alumínio, tijolos e plantação de cana.
Projeto Bacias	O Projeto Bacias é uma das iniciativas mais ambiciosas que temos dentro da Plataforma Água. Aqui, a nossa missão é colaborar na recuperação e na preservação de importantes bacias hidrográficas do país. Por meio de um amplo diagnóstico de cada bacia, reunimos uma série de parceiros e traçamos um plano local com ações que incluem educação ambiental, restauração ecológica, práticas de conservação e PSA (Pagamento por Serviços Ambientais). O Bacias também oferece assistência gratuita aos agricultores para o CAR (Cadastro Ambiental Rural). O cadastro, além de comprovar a regularização da propriedade, permitirá ao proprietário o acesso ao crédito e a programas de adequação ambiental. (...) Áreas de atuação: Jaguariúna (SP), com a ONG The Nature Conservancy – TNC, Sete Lagoas (MG) com o WWF Brasil. Diagnóstico socioambiental da Sub-bacia do Ribeirão Jequitibá para dar início à implementação e à execução das ações em 2017, liderada pela The Nature Conservancy (TNC). A Coalizão Cidades pela Água, liderada pela TNC, vai atuar em 243 municípios e incorporar a preservação de rios e nascentes na gestão dos recursos hídricos. No âmbito da Coalizão, já estamos atuando no fortalecimento de iniciativas de conservação e recuperação florestal em áreas críticas da bacia dos rios Jundiaí-Mirim (SP) e Guandu (RJ) .
Coalizão Cidades pela Água	Liderada pela The Nature Conservancy (TNC), a iniciativa pretende ampliar a disponibilidade de água para mais de 60 milhões de brasileiros, em 12 regiões metropolitanas. A Coalizão Cidades pela Água, liderada pela TNC, vai atuar em 243 municípios e incorporar a preservação de rios e nascentes na gestão dos recursos hídricos. Áreas de atuação: Jundiaí-Mirim (SP) e Guandu (RJ).
CEO Water Mandate	Na busca por um mundo melhor, fazemos parte do grupo de empresas que integram o CEO Water Mandate, uma rede global de líderes que buscam soluções eficientes para o problema da escassez de água e da falta de saneamento em todo o mundo. Os principais objetivos são: desenvolver pesquisas, orientações e ferramentas para avançar na administração da água; Reunir eventos que identifiquem, explorem e resolvam os desafios-chave das questões hídricas; Facilitar ações importantes para melhorar as condições de risco de rios no mundo todo.

FONTE: Elaborado a partir de dados no site da AMBEV (2017).

um respectivo pacote organizacional e estratégico. A Singularity University atua na organização do modelo startup. A Brazil Jr. é uma parceira voltada para uma consagração e premiações dadas à AMA. Por fim a Cagece – única instituição que não tem

origem no setor privado –, que atuou nas primeiras experiências da AMA com redes de saneamento básico no Ceará. Na Tabela 2 seguem as descrições das origens de cada um desses parceiros.

TABELA 2 – Parceiros da AMA no projeto inicial (2017).

NOME DO PARCEIRO	CRIAÇÃO/ORIGEM	CONCEITOS E AÇOES NO AMA
Fundação Avina	A Fundação AVINA foi fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny. Defensor do desenvolvimento sustentável. Schmidheiny é conhecido também pelas ações de filantropia e por ter estado à frente de eventos da Rio-92. A missão da AVINA é promover o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre uma empresa privada bem-sucedida e responsável e organizações filantrópicas que fomentam a liderança e a inovação.	Maior parceira do projeto. A Avina participou do planejamento e da gestão inicial do projeto AMA, principalmente nas ideias de sustentabilidade.
Yunus Social Business	Fundação voltada para gestão de fundos de risco e centrada na figura de Muhammad Yunus (conhecido como “banqueiro dos pobres”, vencedor do Prêmio Nobel da Paz pela iniciativa de bancos e cooperativas de microcréditos populares). De acordo com o site da fundação, a missão da Yunus está em oferecer cursos de “Negócios Sociais”, marcas com valor social, sustentabilidade e empreendedorismo. Modelos de negócios em startups são alvo também das parcerias e ações da Yunus.	Enquanto fundo de investimento sem fins lucrativos, que transforma doações filantrópicas em investimentos e negócios sociais sustentáveis, é a Yunus que agrupa ao Projeto AMA o conceito de um negócio social , além de ter sido parceira estratégica para a execução da Aceleradora AMA, no seu período inicial.
Singularity University	A Singularity University (SU) é uma comunidade global de aprendizado e inovação que utiliza tecnologias exponenciais para enfrentar os maiores desafios do mundo e criar um futuro abundante para todos. A plataforma colaborativa da SU capacita indivíduos e organizações de todo o mundo a aprender, conectar e desenvolver soluções inovadoras por meio de tecnologias aceleradoras como inteligência artificial, robótica e biologia digital. Fundada em 2008 pelos renomados inovadores Ray Kurzweil e Peter H. Diamandis, cujos programas são financiados por organizações como Google e Unicef, a Singularity University é uma <i>benefit corporation</i> certificada, com sede no Research Park da NASA, no Vale do Silício.	Direcionamento das startups que participaram da Aceleradora AMA.
Brasil JR	Movimento empresarial voltado para fomento à educação empreendedora, fortalecendo o papel das empresas juniores, a fim de modernizar o ensino e trabalhar o empreendedorismo de forma transversal no ensino superior brasileiro.	Por meio de premiações para a AMA e ficou responsável por centralizar boas ideias durante os programas e auxiliou a conectá-las com os temas de acesso à água e avaliação da viabilidade dos projetos.
CAGECE	Companhia de gestão de águas do Ceará. Empresa de capital misto de serviço de água e esgoto sanitário em todo território do Estado do Ceará.	O uso do SISAR estadual serviu como modelo autossustentável para gestão comunitária dos primeiros poços e cisternas da AMA junto à capacitação nas comunidades de Itapipoca, Farias Brito, Alcântaras, Aiuba, Capistrano e Jaguaruana, todas fora da capital cearense.

FONTE: elaborada a partir de dados nos sites oficiais das parceiras

Uma das principais porta-vozes do projeto AMA chama-se Carla Crippa¹⁹, atual vice-presidente de Relações Corporativas da AMBEV e que também foi gerente de sustentabilidade durante a criação do projeto AMA em 2017. Pela constante presença em fóruns, *lives* e debates relacionados ao empreendedorismo e à sustentabilidade, Crippa possui vários vídeos registrados no Youtube²⁰. Trechos de suas falas em eventos são exemplares da forma como é estruturado conceitualmente o projeto AMA. Durante evento da Plataforma Liderança Sustentável²¹, em São Paulo, logo no primeiro ano do projeto (2017), Crippa discorre nos primeiros minutos de sua palestra – em formato TED talk²² – sobre a necessidade de que os negócios gerem lucro, mas que também resolvam problemas sociais e ambientais (1:15). Luciano Gurgel²³, diretor de investimentos da Yunus Social Business, acompanha a palestra de Crippa. Gurgel menciona o caso do banco de microcrédito popular – que deu a Muhammad Yunus o prêmio Nobel – e afirma (08:30-10:00) que há uma nova dimensão nos negócios alinhados aos ODS da ONU em que “o racional do mercado pode ser endereçado a resolver problemas sociais”.

¹⁹ Crippa tem formação de graduação em Economia (PUC-SP) e Direito (USP), além de mestrado acadêmico também na área jurídica (PUC-SP). Na formação de negócios, possui MBA (Insper), além de cursos em Stanford. Além do trabalho da AMBEV, Crippa possui experiência de onze anos entre advocacia. Informações disponíveis no perfil do LinkedIn (<<https://www.linkedin.com/in/carla-crippa425267-/?originalSubdomain-br>>) e em redes de CEO/lideranças (<<https://liderancacomvalores.com.br/lideres/carla-crippa/>>).

²⁰ Ver lista em: <https://www.youtube.com/results?search_query=carla+crippa>.

²¹ A palestra completa está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FgWZUrUSj2g>>.

²² A TED Talk foi uma organização gerida pela Fundação Salplung (EUA). Sem fins lucrativos, a TED desde 1980 atua em redes de tecnologia, entretenimento e design e marcou um modelo particular de apresentações e palestras feitas por especialistas nas áreas de economia e ciência.

²³ Gurgel tem formação em economia pela USP e teve trânsito profissional em bancos privados (Santander e Safra) antes de ingressar na Yunus. Informações disponíveis no LinkedIn: <<https://www.linkedin.com/in/luciano-gurgel-do-amaral-706882109/>>.

²⁴ Ver link <<https://www.youtube.com/watch?v=HxBiNpEVa9U&t=1095s>>.

²⁵ Ver link <<https://www.youtube.com/watch?v=cdoz1fskRYg>>.

²⁶ Ver link <<https://www.youtube.com/watch?v=m2ixyZKVN6o>>.

²⁷ Ver vídeo da propaganda no Instagram: <https://www.instagram.com/p/B6N8Ms_HfyK/>.

Outros eventos registrados no Youtube em que circulam representantes da AMA e da Yunus giram em torno dos temas de sustentabilidade, negócios e uso de recursos hídricos: uma rodada de debates sobre “Dinheiro e Sustentabilidade” da *Istoé Negócios*²⁴ (27 de julho de 2017), o 8º Forúm Mundial da Água (05 de fevereiro de 2018), em Brasília²⁵, e um painel no evento de inovação South By Southwest (SBSX), em 26 de março de 2018 em Austin, Texas. Nessa ocasião, Crippa falou no Be Brasil Talks²⁶, painel ligado à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil).

3.2. Comunidades e projetos patrocinados pela AMA no semiárido

Os conceitos difundidos pelos representantes da AMA e demais parceiras se articulam naquele que é o principal apelo de publicidade da água mineral da AMBEV²⁷: “quando você escolhe AMA”, além de saciar sua sede, contribui para projetos que levam água para brasileiros em municípios de todos os estados do semiárido. O “lucrômetro” da AMA

já passou dos R\$ 4.500.000,00, tendo direcionado um total de R\$ 2.983.441,00 em investimentos nas comunidades. Segundo dados do *site* da AMA, o estado que tem mais municípios com projetos é o Ceará (nove), enquanto que o município de Seabra-BA é o que tem maior número de comunidades rurais (quatro comunidades, que somam 3.365 pessoas), concentrando maior volume de recursos (R\$ 453.234,22) de projetos patrocinados pela AMA. Cruzando com dados do IBGE Cidades²⁸, pode-se ver que o IDH dos municípios com projetos da AMA tem uma média de 0,6, um pouco abaixo do índice brasileiro (0,699). A AMA tem projetos em cidades como Caicó-RN (0,710), índice mais elevado da lista, até Tupanatinga-PE (0,553), cidade com menor índice. Outro dado de interesse é o da porcentagem de rede de esgoto dos municípios. A AMA atua em municípios que em média possuem apenas 31% dos seus domicílios com estrutura sanitária.

De uma forma geral, os perfis das comunidades rurais assistidas por projetos da AMA são diferenciados: de sítios e distritos até assentamentos, indígenas e quilombolas. São 49 projetos de vários tipos: cisternas em escolas mais sistema de reúso de águas cinzas (15); cisternas e reúso de águas cinzas (10); cisterna mais sistemas de hortas (seis); readequação da qualidade da água (um); instalação de sistema fotovoltaico (um); adequação para melhoria da qualidade de água (um); readequação e

revitalização do sistema de abastecimento de água (dois); instalação de hidrômetros e capacitação da associação local (dois); poços profundos e gestão comunitária pelo SISAR (oito); poços profundos e gestão comunitária com outros sistemas (dois). Para uma visualização desses dados junto aos municípios e o nome das comunidades ver a Tabela 3 a seguir.

4. Afinidades eletivas: negócio social e um “novo espírito” para convivência com o semiárido

Mundos sociais fisicamente distantes se articulam no projeto de negócio social da AMA. O primeiro é dos diretores executivos, dos gestores de *startups* e suas palestras de TED, congressos de painéis inovadores, em suma, ambiente em que circulam jovens com origem social nas camadas altas, tendo formação em MBAs, intercâmbios em *Think tanks* e faculdades consagradas nas áreas de economia e direito. Longe desses círculos sociais da Avenida Faria Lima, em São Paulo, estão as comunidades rurais pobres do interior do semiárido brasileiro, pessoas com baixa renda e escolaridade e famílias que moram em casas com baixa cobertura de saneamento básico. Municípios com médio e baixo IDH, nos quais o acesso à água de qualidade está geralmente submetido a redes de mercados locais.

²⁸ Sistema de busca disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

TABELA 3 – Municípios, comunidades e projetos desenvolvidos pela AMA.

ESTADO	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	TIPO DE PROJETO DESENVOLVIDO
MINAS GERAIS	Jenipapo de Minas	Santo Antônio das Bolas	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
		Quilombola dos Cardosos	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
	Virgem da Lapa	Piauí/ Gonçalves	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
	Itaquara	Cajazeiras	Instalação do poço com sistema fotovoltaico, reforma de filtro e construção de casa química.
BAHIA	Novo Horizonte	Brejo Luiza de Brito	Adequação do sistema para melhoria da qualidade da água.
		Mocambo	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (CENTRAL) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
	Seabra	Pontes	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária e tratamentos de potabilidade.
		Esconso	Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água.
		Mato Preto	Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água.
SERGIPE	Simão Dias	Mata Peru	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
		Aroeira	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
		Brinquinho	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
ALAGOAS	Dois Riachos	Centro	Construção de cisterna.
		Sítio Volta de Dois Riachos	Projeto de construção de cisterna e sistema de reúso de água.
		Alto da Fé	Construção de cisterna para abastecimento de duas escolas com sistema de reúso de água.
	Inhumã	Baixa dos Potes	Revitalização e readequação do sistema de água já existente, instalação de hidrômetros e estruturação da associação local.
		Curral Velho	Revitalização e readequação do sistema de água já existente, instalação de hidrômetros e estruturação da associação local.
PIAUÍ	Santana do Piauí	Baixas do Maranhão	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
		Barro*	Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água.

(Continua)

TABELA 3 – Continuação

ESTADO	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	TIPO DE PROJETO DESENVOLVIDO
PERNAMBUCO	Pesqueira	Quilombola Nego do Osso	Construção de cisterna na Escola Municipal Governador Eduardo Henrique Accioly Campos, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Sertânia	Riacho dos Porcos	Construção de cisterna na Escola Municipal Antônia Marcos da Silva, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Tupanatinga	Povoado Mata Verde	Construção de cisterna na Escola Professora Aldezlira Teixeira Cavalcante, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Sanharó	Distrito de Mulungu	Construção de cisterna na Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
		Quilombola de Mundo Novo	Construção de cisterna na Escola Municipal Ana Rosa de Almeida, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Buique	Aldeia Mina Grande - Tribo Kapinawá	Construção de cisterna na Escola Estadual Indígena, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
PARAÍBA		Vale do Catimbau Branco	Construção de cisterna na Escola Municipal Antônio de Barros Sampaio, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Mogeiro	Chã de Areia	Construção de cisterna na EMEIEF João Avelino da Silva, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
		Sítio Cabral	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
	Itatuba	Itatuba	Construção de cisterna na EMEF Maurino Rodrigues de Andrade, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
RIO GRANDE DO NORTE	Serra Redonda	Centro	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
	Umbuzeiro	Mata Virgem	Projeto de construção de cisterna com horta e sistema de reúso.
	São José do Seridó	Assentamento Caatinga Grande	Projeto de construção de cisterna e horta.
	Caicó	Barra da Espingarda	Projeto de construção de cisterna e horta.
	Santana do Seridó	Comunidade Tuiuiú	Projeto de construção de cisterna e horta.
	Equador	Bulandeira	Projeto de construção de cisterna e horta.

(Continua)

TABELA 3 – Conclusão

ESTADO	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	TIPO DE PROJETO DESENVOLVIDO
CEARÁ	Capistrano	Carqueja do Sabino Mota	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
		São Mateus	Revitalização e readequação do sistema de abastecimento de água.
	Jaguaruana	Sítio Volta	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
		Sítio Caiçara	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
	Aiuaba	Bom Nome	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
	Itapipoca	Escalvado	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e barateando custos com energia via sistema fotovoltaico.
	Farias Brito	Quincuncá	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
	Alcântaras	Ventura	Poço profundo ajudando a levar água encanada à casa das pessoas por um modelo de gestão comunitária (SISAR) e instalação de placas solares para baratear custos com energia para distribuição da água.
	Quixeramobim	Aroeira	Construção de cisterna na Escola Osvaldo Martins de Almeida, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
		Manituba	Construção de cisterna no Polo Educacional Alfredo Almeida Machado, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
Jucás	Quixadá	São João do Queiroz	Construção de cisterna na Escola de Ensino Fundamental João Gonçalves da Rocha, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
		Assentamento Califórnia	Construção de cisterna na Escola de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Ferreira de Lima, instalação de sistema de reúso de águas cinzas e irrigação de horta.
	Vila Mel		Construção de cisterna e instalação de sistema de água de reúso de águas cinzas para agricultura familiar.
	Baixio da Donana		Construção de cisterna e instalação de sistema de água de reúso de águas cinzas para agricultura familiar.

Fonte: IBGE Cidades e site da AMA²⁹.

²⁹ Ver seção do site: <<https://www.aguaama.com.br/#resultados>>.

Uma análise sociológica “desencantada” não pode deixar de enfatizar valores que não apenas conectam, mas hierarquizam esses diferentes mundos sociais. O diálogo teórico com o material descrito no tópico 2 indica que um tipo de dominação reveste o negócio social da AMA, algo que envolve poder de acesso à água em região de secas, de ideias de mercados financeiros até comunidades rurais. Há tensões políticas inscritas nesse modelo de negócio social que merecem ser debatidas. Evocando um conceito dos trabalhos de Weber (2004, p. 83) e Lowy (2011), pode-se afirmar que está em curso um processo de construir afinidades eletivas entre convivência com as secas e uma definição de modelos consagrados no mercado financeiro e das *startups*, bem como nas convenções internacionais sobre o tema da sustentabilidade e do combate à pobreza. Essas afinidades eletivas, com seus valores e racionalidades, estão longe de serem meras idealizações ou debates intelectuais distantes da realidade: elas têm seus efeitos concretos na investida de uma cultura empresarial da AMBEV junto às populações pobres do semiárido brasileiro. Destaco aqui três pontos que marcam afinidades eletivas da visão de convivência com o semiárido dentro da AMA: 1) uma relação conceitual entre água, moral social e mercado; 2) uma “cidadania hídrica” sob tutela de investimento privado; e, vindo deste, 3) o ideário salvacionista da AMA, que apresenta o semiárido como território “sem ação do Estado”, como se este fosse entidade de presença invisível – ou ineficaz – em termos de políticas de convivência com as secas.

No plano conceitual que reveste a marca da AMA, há um primeiro elo marcante de relação entre moral social e mercado. A gestão do lucro da água mineral e seus discursos ambientais e sociais “encaixam” um componente moral em uma relação

de mercado. Produzida pelas fundações parceiras (Yunus e Avina), a ideia de uma marca de água “com propósito” não apenas comercial é um sentido que orienta ações e valores dos seus representantes, expresso nas palestras e fóruns, em publicidade e na premiação em torno da AMA. Aqui uma resolução “prática” de ideias tenta resolver um dilema já clássico acerca de uma separação institucional, um desenraizamento entre mercados e sociedade. Esse conjunto de abstrações das sociedades europeias e industriais do século XIX – que teve suas consequências bem trabalhadas pelas linhas de Karl Polanyi (2012) até Pierre Bourdieu (2014) – tem uma tensão particular dentro de negócios como o da AMA. Articulações guiadas pelas *startups*, dos palestrantes TED Talks, em um empreendedorismo que visa lucro, mas tentando se “enraizar” com a pauta de resolução de problemas ambientais e sociais. Mas quais as articulações desse tipo de enraizamento mercado e moral social? Para solucionar esse dilema, o diagrama de valores, justificações e legitimizações da convivência com o semiárido no negócio social do projeto AMA “enlaça” uma moral social ligada à água. Daí o encaixe dos conceitos de “sustentabilidade” e “segurança hídrica” na publicidade e nas falas dos representantes. Os cursos, artigos e capacitações das fundações parceiras da AMA reivindicam legitimidade de conceitos que trazem o tema de uma governança das águas, conceitos consagrados por redes da ONU/Banco Mundial. Mais que palavras de fácil apelo comercial, os usos dos termos sustentabilidade e segurança hídrica por grandes organizações de solidariedade internacional formam um regime de verdade, facilitando a obtenção recursos para quem se enquadrar melhor nos modelos importados e impostos por essas instituições (Gameiro & Martins, 2018).

Uma segunda afinidade eletiva trata de que tipo de lógica privada e de “direito de acesso à água” a AMA busca enraizar nas comunidades do semiárido. Não se trata aqui nem de um trabalho de “caridade”, nem de uma “privatização” clássica, colocada como marca do modelo neoliberal dos anos 1990. As ideias e legitimações da AMA defendem a água como um direito humano, mas também colocam que é possível e justificável lucrar com essa causa. E, para tanto, possuem um tipo específico de visão de grupos-alvo que, não sendo apenas os consumidores da água, possuem direitos e uma “cidadania hídrica”. Inspirados nessa dimensão, Castro *et al.* (2017) apontam que é preciso perguntar: em qual tipo de “cidadania hídrica” investem projetos como o da AMA? Qual a visão de direito ao acesso à água que a AMA propõe mediar junto às populações rurais? Quem são os mediadores da AMA nas comunidades? Para entender essas questões, é preciso teoricamente politizar a água para não cair nas armadilhas do discurso humanitário de impacto social valorizado por nichos do mercado financeiro e corporativo. No material analisado no tópico anterior, é perceptível uma visão de cidadania que coloca as comunidades como locais com harmonia dos conflitos e os moradores como “sedentos” por ajuda imediata³⁰. Essa visão marca um “paradigma de escassez” que coloca a AMA como provedora de uma oferta de água – via implementação de um modelo de cisternas, poços, associativismo, tecnologias etc. – sem explicitar que tipo de relação os setores da AMA possuem com os diferenciais de poder que

fazem com que a escassez seja mantida, “vivida” e hierarquizada nas tensões de uma comunidade rural. Os dados no *site* da AMA falam de forma muito difusa de um diálogo junto às comunidades locais, de uma gestão compartilhada de recursos hídricos no semiárido. Fica pouco claro quem são os articuladores, mediadores sociais da AMA/AMBEV junto à política local (se são lideranças treinadas pela AMA, se vêm de associações, se são vereadores, prefeitos, deputados, etc.). Uma pesquisa “desencantada” dos ideais de negócio social possibilitaria delimitar como os conceitos das fundações parceiras da AMA circulam e são “negociados” no tecido de poderes locais que dão acesso à água. Esses desníveis de poder geram, por exemplo, uma “ralé hídrica” e uma “elite das águas” nos mercados de vendas de caminhões-pipas, carregadores de latas, escavadores de poços nas comunidades rurais do semiárido (Silva *et al.*, 2019).

Uma última afinidade eletiva trata de refletir a relação entre o projeto da AMA e o Estado. Esse tipo de tensões já foi registrado em pesquisas que apontam como o empreendedorismo social – ao menos na área educacional – se acomoda em contexto da crise da capacidade de investimento do Estado (Casaqui, 2015). Embora tenha uma breve parceria com companhias de água estaduais, há uma quase total ausência de menção das relações da AMA com políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido. Embora tenha uma relação conceitual próxima com a ASA³¹ – afinal ambas utilizam conceitos do ODS e Banco Mundial nos seus programas

³⁰ Nesse ponto, o projeto da AMA está alinhado a uma mesma ideologia desenvolvimentista de programas humanitários no oeste da África. Como apontam estudos fundadores da chamada socioantropologia do desenvolvimento, de Olivier de Sardan (1995), projetos que reivindicam essa palavra posicionam os “grupos-alvo” como populações que têm “conhecimento prático”, por vezes ingênuas e não afetadas por “maldades” do poder e, acima de tudo, sedentas por ajuda de qualquer tipo.

³¹ Há um *link* chamado “para conhecer melhor o semiárido” no *site* da AMA que cai direto no *site* da ASA.

de ação –, a legitimação simbólica do projeto AMA praticamente ignora que foi construída uma intensa rede de políticas públicas nas últimas décadas nesta mesma região semiárida: das cisternas e tecnologias sociais, capacitações, agroecologia até transferências de renda e mercados institucionais para agricultura familiar. A convivência com o semiárido enquanto negócio social precisa negar a relevância daquela convivência com o semiárido de experimentalismo institucional, desenho de políticas em diálogos entre governos e movimentos sociais, como destacam Diniz & Piraux (2011), para além de um mero lapso da falta de menção, o que indica aqui que, diante de uma fragilidade atual³² de ideias e investimentos públicos, a AMA direciona uma estratégia de domínio e monopólio de um campo de ações voltadas para populações rurais pobres do semiárido.

5. Considerações finais

O projeto AMA é resultado de uma lógica capitalista que, no plano dos valores, incorporou seletivamente críticas estéticas feitas a esse sistema. Isso está no “DNA” de um modelo de empreendedorismo social de alta eficácia ideológica – no sentido de dissimular conflitos e naturalizar verdades e consensos, enfim, convencer e ter autoridade para acessar recursos materiais e simbólicos. Nesse ponto, a presença da AMA no semiárido brasileiro

desde 2017 traz novos problemas para o debate público contemporâneo das secas no Nordeste. Há uma nova relação entre ideias/formas de ação para lidar com as secas que contém uma dominação que tem raiz nos setores financeiros. As condições de produção dessa crença – ou seja, afinidade eletiva entre convivência com semiárido enquanto negócio social – implicam uma relação entre moral e mercado, uma visão de cidadania hídrica específica ligada à invisibilidade de políticas geridas por quadros do Estado. Aqui fica o debate acadêmico que este artigo busca contribuir.

Cabe também debater algumas implicações políticas. Diante da recente mudança aprovada no Senado no marco de saneamento básico³³, com maior possibilidade de entrada de setores privados nas concessões em obras de abastecimento, há um espaço aberto para projetos similares ao AMA no semiárido brasileiro. Está ampliada possibilidade de maior abrangência dessa nova dominação, uma nova vertente que de uma atávica relação entre secas e estratégias de monopólio político e econômico no semiárido. Se no que se pode chamar de um “capitalismo de combate às secas” do século passado predominavam um Estado e um mercado impondo uma racionalidade gerencial, autoritária e burocrática, um embrionário “capitalismo de negócios sociais e convivência com as secas” do século XXI apresenta outra configuração de conceitos e ações: fundações financeiras³⁴ de atuação global e

³² Em matéria recente do *El País*, foi colocada a descontinuidade dessas políticas. Ver link: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-07-17/veio-a-peste-mas-neste-ano-deus-mandou-a-chuva-para-encher-a-cisterna.html?ssm=TW_CC>.

³³ “Senado aprova novo marco saneamento básico e projeto vai a sanção”. Ver link: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/senado-aprova-novo-marco-do-saneamento-basico-e-projeto-vai-a-sancao.shtml>>.

³⁴ Essa financeirização em relação ao rural também é trabalhada por Leite (2018) ao tratar de como o agronegócio atual não responde mais a projetos nacionais e desenvolvimentista (modelo dos anos 1970). A estrangeirização de terras e o chamado *landgrabbing* coloca a disputa fundiária e por recursos naturais em uma configuração social mais difusa, internacionalizado e financeirizada.

uma grande empresa do mercado de bebidas intermedeiam uma dominação do acesso à água e poderes locais. Diferente da técnica do autoritarismo modernizador das visões anteriores, a dominação de um negócio social, por ser mais difusa, pode ser mais eficiente. Na aparente solidariedade corporativa da AMBEV e sua “água mineral boazinha”, há uma eficácia ideológica poderosa, uma variante mais recente na centenária relação entre seca e poder no semiárido brasileiro.

Por isso, ao posicionar uma convivência com o semiárido como negócio de modelos de *startup* e voltada para uma ética de lucro “consciente” que resolva problemas sociais e ambientais, esse modelo

do projeto AMA coloca um alerta político: o de que mecanismos privados e de mercado voltados para convivência com o semiárido possam ganhar espaço diante do desmonte da capacidade do Estado brasileiro para políticas de convivência com as secas. Desmonte esse que tem várias frentes: corte de recursos materiais, austeridade e escassez de orçamentos nas universidades públicas para parcerias e principalmente para a produção de ideias sobre o semiárido. Um cenário difícil pode se concretizar: iniciativas privadas ocupando cada vez mais um espaço de políticas públicas que, nas últimas décadas, foram efetivas junto às populações pobres do meio rural do semiárido nordestino.

Referências

- Água Ama. *Conheça os projetos que estamos apoioando*. 2020. Disponível em: <<https://www.aguaama.com.br/#resultados>>. Acesso em: abr. 2020.
- Albuquerque Jr., D. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Albuquerque Jr., D. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia Historia*, 33(61), 225-251, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752017000100225. Acesso em: abr. 2020.
- Ambev. *A água é da nossa conta*. 2017. Disponível em: <<https://www.ambev.com.br/sustentabilidade/agua/>>. Acesso em: abr. 2020.
- Ambev. *Mais que uma água, uma causa*: AMA Prêmio ODS Brasil 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3646>>. Acesso em: abr. 2020.
- Ball, S.; Olmedo, A. A “nova filantropia”, o capitalismo social e as redes de políticas globais de educação. In: Peroni,
- V. (Org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Porto Alegre: Liber Livro, 2013. p. 33-47.
- Balbualho, A.; Uchoa, C. Empreendedorismo social como campo em formação no Brasil: o papel das instituições Ashoka, Endeavor e Artemisia. *Interações*, 20(2), 421-433, abr./jun. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1840>>. Acesso em: abr. 2020.
- Batista, C. *Gente Ambev: a trajetória da “Gestão do Trabalho” que levou a primeira multinacional brasileira ao centro do capitalismo mundial*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História Social) - PUC/SP, 2016.
- Boltanski, L.; Chiapello, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- Bourdieu, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2014.
- Burstyn, M. *O poder dos donos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- Callado, A. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

- Campos, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados* [on-line], 28(82), 65-88, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005. Acesso em: abr. 2020.
- Casaqui, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. *Galáxia* [on-line], 29, 44-56, jun. 2015. doi: 10.1590/1982-25542015120109
- Castro, J. E.; Silva, J. O.; Cunha, L. H. Os desafios da “cidadania” hídrica na América Latina: conflitos, estado e democracia. *Prim@ Facie*, 16(32), 1-39, 2017. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/78570>. Acesso em: abr. 2020.
- Castro Neves, F. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume, Du-mará, 2000.
- Dandaro, F.; Marcondes, R. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste brasileiro (1860-1940). *Revista Econômica do Nordeste*, 49, 113-127, jul./set. 2018. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/download/777/730>. Acesso em: abr. 2020.
- Defourny, J. Introduction: from third sector to social enterprise. In: Borzaga, C.; Defourny, J. (Orgs.). *The emergence of social enterprise*. Nova York: Routledge, 2001. p. 1-28.
- Diniz, P. C.; Piraux, M. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com semiárido: trajetória de experimentalismo institucional do semiárido brasileiro. *Caderno de Estudos Sociais*, 26(2), 227-238, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1457>. Acesso em: abr. 2020.
- Domingos Neto, M. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.
- Draft. *AMA, a água com propósito, ou como um negócio social corporativo brotou de dentro da Ambev*. 2017. Disponível em: <<https://www.projetodraft.com/ama-a-agua-com-propósito-ou-com>>. Acesso em: abr. 2020.
- Du Glay, P.; Morgan, G. (Ed.). *New Spirits of capitalism? Crises, justifications and dynamics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Duque, G. Convivência com a seca: contribuição da articulação do semiárido (ASA). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17, 133-140, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13417>. Acesso em: abr. 2020.
- Engelmann, F. Campo jurídico e prescrições internacionais anticorrupção nos anos 2000. In: *Anais do XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP*. Curitiba, 2018. doi: 10.13140/rg.2.2.13554.40644
- Ferreira, A.; Silva, D.; Simonini, Y. Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da inspetoria de obras contra as secas Nordeste/Brasil 1910-1915. *Scripta Nova*, Barcelona, XVIII, 1-18, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Angela%20Lucia%20Ferreira.pdf>. Acesso em: abr. 2020.
- Furtado, R. [1959] *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Arquivos Celso Furtado, v. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2009.
- Gameiro, M.; Martins, R. C. O desenvolvimento rural sob regime de verdade: o discurso do Banco Mundial. *Sociedade e Estado*, 33, 13-37, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-13.pdf>. Acesso em: abr. 2020.
- Gennaro, E. G. *Do fogo de monturo à chama das ligas camponesas: sociogênese de uma luta pela liberdade da terra na Paraíba*. Campo Grande, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PPGCS-UFCG, 2019.
- Gonçalves, P. C. O mandacaru não cresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 25(2), 515-539, abr.-jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v25n2/0104-5970-hcsm-25-02-0515.pdf>. Acesso em: abr. 2020.
- Grün, R. *Decifra-me ou te devoro: o Brasil e a dominação financeira*. São Paulo: Alameda, 2015.
- Iorio, G. Distensões e representações do sertão no Brasil: a revista interior (1974-1989). *Espaço e Cultura*, 33, 177-196, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/download/8479/6289>. Acesso em: abr. 2020.

-
- Julião, F. [1962] O que são as ligas camponesas? In: Welch, C.; Malagodi, E.; Cavalcanti, J. S.; Wanderley, M. N. *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. v. 1. São Paulo: NEAD- UNESP, 2009. p. 271-298.
- KPMG Financial Risk. *Declaração de revisão e análise crítica*. 2020. Disponível em: <<https://www.aguaama.com.br/files/204995-kpmg.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.
- Leite, S. P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudos Rurais*, 4, 1-22, 2018.
- Lowy, M. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 17.2, 129-142, 2011.
- Marx, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: Marx, K. *O Capital*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 261-294.
- Marx, K. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Martins, J. S. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Meneses, V. F. *Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com semiárido entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalho-Conclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6584492>. Acesso em: ago. 2020.
- Moreira Neto, M. *Outro sertão: fronteiras da convivência com semiárido*. Recife: Massangana, 2013.
- Moura, A.; Comini, G.; Teodosio, A. S. The international growth of a social business: a case study. *ERA*, 55(4), 444-460, jul.-ago. 2015. doi: 10.1590/S0034-759020150408
- Oliveira, F. *Elegia para uma re(ligião): Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Papo de Bar. *A água mineral boazinha da AMBEV*. 2017. Disponível em: <<https://www.papodebar.com/ama-agua-mineral-boazinha-da-ambev>>. Acesso em: abr. 2020.
- Pasteur de Faria, L. S. *O poder dos sonhos: uma etnografia de empresas startup no Brasil e no Reino Unido*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social - IFCH/UFRGS, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179408>>. Acesso em: ago. 2020.
- Polanyi, K. A subsistência do homem. In: Polanyi, K. (Org.). *A subsistência do homem: ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 47-182.
- Olivier de Sardan, J. P. *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala, 1995.
- Secreto, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 27(1), 33-51, jan.-mar. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v27n1/0104-5970-hcsm-27-01-0033.pdf>. Acesso em: abr. 2020.
- Silva, J. B.; Guerra, L. D.; Gomes, R. A. A ralé hídrica e a elite da água no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos. *Contemporânea - Revista de Sociologia UFSCar*, 9, 943-962, 2019 Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/620>. Acesso em: abr. 2020.
- Weber, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Yunus Brasil. *Yunus Negócios Sociais. Brasil*. 2020. Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/>>. Acesso em: abr. 2020.
- Zizek, S. Adagio ma non troppo e molto expressivo. In: Zizek, S. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 55-108.